

**TERMO DE REFERÊNCIA<sup>1</sup> - Processo nº 36.117/2025**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada em serviços continuados de conexão à internet para todas as unidades administrativas do Foztrans, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**• LOTE 1: Internet (Sede do Foztrans)**

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL DE INSTALAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL / GLOBAL 12 (DOZE) MESES
1	Serviço de conectividade IP – Internet Protocol  Banda larga empresarial  Link comum, não dedicado  Fibra óptica  Sem franquia de dados  Com assinatura básica mensal  Incluso: Instalação, suporte técnico, manutenção dos níveis de qualidade e equipamentos necessários	<u>SEDE DO FOZTRANS</u> : Rua Edgard Schimmelpfeng, nº 43, Bairro Centro Cívico, CEP nº 85863-900, na cidade de Foz do Iguaçu/PR  Plus code: FCJR+VW Centro Cívico, Foz do Iguaçu - PR	• Velocidade mínima: <b>900 MBPS</b> (download / upload assimétrico)  • Suporte mínimo: 72 (setenta e dois) dispositivos  • Disponibilidade mínima: 99% (noventa e nove por cento)	R\$ 325,15	<b>R\$ 3.901,80</b>
VALOR MÁXIMO ESTIMADO MENSAL					R\$ 325,15
VALOR MÁXIMO ESTIMADO ANUAL / GLOBAL					R\$ 3.901,80

Código Oxy (90883) = Catálogo do atual sistema de gestão do Foztrans

Código CatSer (26484) = Catálogo Eletrônico Padronizado de Serviços (CatSer) do portal compras.gov

**• LOTE 2: Internet (Estarfi / Bilhetagem)**

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL DE INSTALAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL / GLOBAL 12 (DOZE) MESES
1	Serviço de conectividade IP – Internet Protocol  Banda larga empresarial  Link comum, não dedicado  Fibra óptica  Sem franquia de dados	<u>ESTARFI / BILHETAGEM</u> : Avenida Juscelino Kubitschek, nº 337, Bairro Centro, CEP nº 85851-130, na cidade de Foz do Iguaçu/PR	• Velocidade mínima: <b>500 MBPS</b> (download / upload simétrico)  • Suporte mínimo: 30 (trinta) dispositivos  • Disponibilidade mínima: 99% (noventa e nove por cento)	R\$ 200,00	<b>R\$ 2.400,00</b>

<sup>1</sup> Versão 02.4 – 22/11/2024.



8a2c5986-3490-4a13-b5a0-1fb2148a9a76

Com assinatura básica mensal	<i>Plus code:</i> FC66+3W Centro, Foz do Iguaçu - PR			
Incluso: Instalação, suporte técnico, manutenção dos níveis de qualidade e equipamentos necessários				
VALOR MÁXIMO ESTIMADO MENSAL				R\$ 200,00
VALOR MÁXIMO ESTIMADO ANUAL / GLOBAL				R\$ 2.400,00

Código Oxy (90883) = Catálogo do atual sistema de gestão do Foztrans

Código CatSer (26484) = Catálogo Eletrônico Padronizado de Serviços (CatSer) do portal compras.gov

• **LOTE 3: Internet (Divisão Operacional (DVOP))**

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL DE INSTALAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL / GLOBAL  12 (DOZE) MESES
1	Serviço de conectividade IP – <i>Internet Protocol</i>  Banda larga empresarial  Link comum, não dedicado  Fibra óptica  Sem franquia de dados  Com assinatura básica mensal  Incluso: Instalação, suporte técnico, manutenção dos níveis de qualidade e equipamentos necessários	<u>DIVISÃO OPERACIONAL (DVOP)</u> ; Rua Assis Brasil, nº 385, Bairro Vila Portes, CEP nº 85854-140, na cidade de Foz do Iguaçu/PR  <i>Plus code:</i> FCQ5+67 Vila Portes, Foz do Iguaçu - PR	• Velocidade mínima: <b>300 MBPS</b> (download / upload simétrico)  • Suporte mínimo: 20 (vinte) dispositivos  • Disponibilidade mínima: 99% (noventa e nove por cento)	R\$ 139,95	R\$ 1.679,40
VALOR MÁXIMO ESTIMADO MENSAL					R\$ 139,95
VALOR MÁXIMO ESTIMADO ANUAL / GLOBAL					R\$ 1.679,40

Código Oxy (90883) = Catálogo do atual sistema de gestão do Foztrans

Código CatSer (26484) = Catálogo Eletrônico Padronizado de Serviços (CatSer) do portal compras.gov

• **LOTE 4: Internet (Terminal de Transporte Urbano (TTU))**

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL DE INSTALAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL / GLOBAL  12 (DOZE) MESES
1	Serviço de conectividade IP – <i>Internet Protocol</i>  Banda larga empresarial  Link comum, não dedicado  Fibra óptica  Sem franquia de dados  Com assinatura básica mensal  Incluso: Instalação, suporte técnico, manutenção dos níveis de qualidade e equipamentos necessários	<u>TERMINAL DE TRANSPORTE URBANO (TTU)</u> ; Avenida Juscelino Kubitscheck, nº 1385, Bairro Jardim Festugato, CEP nº 85864-000, na cidade de Foz do Iguaçu/PR  <i>Plus code:</i> FC87+X4 Foz do Iguaçu, PR	• Velocidade mínima: <b>200 MBPS</b> (download / upload simétrico)  • Suporte mínimo: 10 (dez) dispositivos  • Disponibilidade mínima: 99% (noventa e nove por cento)	R\$ 130,00	R\$ 1.560,00
VALOR MÁXIMO ESTIMADO MENSAL					R\$ 130,00



VALOR MÁXIMO ESTIMADO ANUAL / GLOBAL	R\$ 1.560,00
--------------------------------------	--------------

Código Oxy (90883) = Catálogo do atual sistema de gestão do Foztrans

Código CatSer (26484) = Catálogo Eletrônico Padronizado de Serviços (CatSer) do portal compras.gov

\* A fim de evitar quaisquer divergências, principalmente quanto aos CEPs, o que eventualmente pode acontecer, nas tabelas acima foram detalhados os "plus code" de cada endereço, bastando copiá-lo e colá-lo na barra de pesquisa do *Google Maps* para obter a localização exata.

#### • Todos os lotes

VALOR MÁXIMO ESTIMADO MENSAL	R\$ 795,10
VALOR MÁXIMO ESTIMADO ANUAL / GLOBAL	R\$ 9.541,20

**1.2.** Os serviços objeto desta contratação são classificados como comuns, conforme previsto no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, usualmente praticados no mercado, sendo ofertados por diversas empresas especializadas, sem a necessidade de fornecimento de mão-de-obra exclusiva.

**1.3.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu/PR, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**1.3.1.** Os serviços são enquadrados como continuados, tendo em vista que, é uma necessidade permanente e essencial para o funcionamento do Foztrans.

**1.3.2.** O prazo de 12 (doze) meses é a prática comum para serviços de telecomunicações, onde os preços tendem a cair ou as tecnologias mudarem rapidamente.

**1.4.** O Contrato / Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.5.** Processo exclusivo para a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). Não obstante, quanto ao aspecto local e regional, conforme LC nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 32.398/2024, será da seguinte forma a margem de preferência para cada lote:

**a) LOTE 1: Internet (Sede do Foztrans):** Para todos os itens haverá margem de preferência adicional de **10%** (dez por cento) às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) localizadas na **região oeste do Estado do Paraná**, nos termos do art. 4º, inciso I, do Decreto Municipal nº 30.699/2022.

**b) LOTE 2: Internet (Estarfi / Bilhetagem):** Para todos os itens haverá margem de preferência adicional de **10%** (dez por cento) às Microempresas (ME) e Empresas de



Pequeno Porte (EPP) localizadas na **região oeste do Estado do Paraná**, nos termos do art. 4º, inciso I, do Decreto Municipal nº 30.699/2022.

**c) LOTE 3: Internet (Divisão Operacional (DVOP)):** Para todos os itens haverá margem de preferência adicional de **10%** (dez por cento) às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) localizadas na **região oeste do Estado do Paraná**, nos termos do art. 4º, inciso I, do Decreto Municipal nº 30.699/2022.

**d) LOTE 4: Internet (Terminal de Transporte Urbano (TTU)):** Para todos os itens haverá margem de preferência adicional de **10%** (dez por cento) às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) localizadas na **região oeste do Estado do Paraná**, nos termos do art. 4º, inciso I, do Decreto Municipal nº 30.699/2022.

**1.5.2.** Foram extraídos relatórios do Banco de Preços (BP). Quanto a região oeste do Paraná, as cidades selecionadas para realizar esta pesquisa são as mesmas listadas no site: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Macrorregional-Oeste>, onde consta todos os municípios de abrangência do macrorregional oeste.

**1.6.** A Licitante deve oferecer como proposta o MENOR PREÇO POR LOTE.

**1.7.** Conforme o item 1.3., se houver prorrogação, também será prorrogado os quantitativos do item 1.1. deste documento, para tanto, deverá ser feita a análise do impacto dos reajustes. Esta análise fundamenta a decisão de prever a renovação dos quantitativos, assegurando que, a medida a ser adotada atende às reais necessidades da Administração Pública e está alinhada com as previsões orçamentárias. O detalhamento das ações de planejamento demonstra uma abordagem minuciosa e responsável, atendendo ao princípio do planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021, garantindo a sustentabilidade financeira e operacional da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** A presente contratação está dispensada da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, conforme previsão contida no art. 92 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, portanto, conforme previsto no seu § 1º seguem as informações obrigatórias:

### 2.1.1. Descrição da necessidade da contratação:

A crescente digitalização dos serviços públicos, o uso intensivo de sistemas informatizados e o aumento do número de dispositivos conectados tornam imprescindível a existência de uma infraestrutura de conectividade adequada. A indisponibilidade ou instabilidade desse serviço acarretaria prejuízos significativos à continuidade das operações do Foztrans, como interrupções em sistemas internos, falhas na comunicação institucional, atraso no atendimento ao público e comprometimento do desempenho das atividades administrativas e operacionais. Dessa forma, a contratação de serviço especializado torna-se essencial para garantir a regularidade das atividades da Foztrans, o cumprimento de suas responsabilidades legais e a prestação eficiente dos serviços públicos à população.



Além disso, deve-se considerar a perspectiva de expansão do Foztrans, tanto pelo aumento do efetivo de recursos humanos quanto pela adoção de novas tecnologias e sistemas mais complexos, o que reforça a necessidade de contratar um serviço robusto, estável e escalável.

Dessa forma, a contratação de serviço especializado torna-se essencial para garantir a regularidade das atividades do Foztrans, o cumprimento de suas responsabilidades legais e a prestação eficiente dos serviços públicos à população, que depende diretamente da continuidade dos serviços de transporte e trânsito.

Os objetivos da contratação são, dentre eles: Garantir as condições mínimas de conectividade que permitam a execução eficiente das atividades do Foztrans; sustentar o funcionamento de sistemas de gestão interna e de atendimento ao público, que dependem de conexão estável; promover um ambiente tecnológico adequado para o trabalho dos servidores, contribuindo para maior produtividade e qualidade dos serviços prestados; prevenir falhas operacionais decorrentes de instabilidades na rede, evitando a interrupção das atividades administrativas e operacionais etc.

#### 2.1.2. Estimativa e justificativa de quantidade para a contratação:

Conforme o Anexo I - MEMORIAL DESCRITIVO deste documento.

#### 2.1.3. Estimativa adequada do valor da contratação:

O custo máximo estimado anual / global da contratação é de **R\$ 3.901,80** (três mil e novecentos e um reais e oitenta centavos) para o LOTE 1: Internet (Sede do Foztrans); de **R\$ 2.400,00** (dois mil e quatrocentos reais) para o LOTE 2: Internet (Estarfi / Bilhetagem); de **R\$ 1.679,40** (mil e seiscentos e setenta e nove reais e quarenta centavos) para o LOTE 3: Internet (Divisão Operacional (DVOP)) e de **R\$ 1.560,00** (mil e quinhentos e sessenta reais) para o LOTE 4: Internet (Terminal de Transporte Urbano (TTU)). Totalizando o custo máximo estimado anual / global da contratação referente a todos os lotes em **R\$ 9.541,20** (nove mil e quinhentos e quarenta e um reais e vinte centavos).

#### 2.1.4. Justificativa para o parcelamento ou não da contratação:

Os serviços não são interdependentes e não precisam ser geridos e executados pela mesma empresa, não comprometendo a sua finalidade. Além do mais, o parcelamento da solução é a regra, sendo que, a presente contratação será realizada por lote, pois, o objeto é divisível, não havendo prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, sendo mais vantajosa para a Administração Pública.

Para cada lote há um local diferente para a instalação e execução dos serviços e, como cada local é em uma região diferente do Município de Foz do Iguaçu/PR, existem empresas que podem atuar em um local e em outro não, já que, a maioria atua por regiões.

#### 2.1.5. Análise de riscos:

No presente caso, a análise de riscos foi dispensada em razão do valor da contratação (art. 92, inciso I, do Decreto nº 32.398/2024).





2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

<b>ID PCA no PNCP:</b> 02345707000165-0-000001/2026
<b>Data de publicação no PNCP:</b> 22/05/2025
<b>ID do item no PCA:</b> 55
<b>Classe/Grupo:</b> 141 – Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC), Telecomunicações Móveis (SMP) e Telecomunicações Satelitais
<b>Identificador da futura contratação:</b> 928294-15/2026

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução adotada é a contratação de empresa especializada em serviços continuados de conexão à internet para todas as unidades administrativas do Foztrans, via licitação na modalidade Pregão.

3.2. O Foztrans irá realizar o processo licitatório para escolha da empresa executora dos serviços, conforme condições e especificações constantes neste documento e no Edital.

3.3. Com base nos requisitos definidos para a presente contratação, não foram encontradas outras soluções de mercado capazes de atender a todas as necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### • Sustentabilidade

4.1. A presente contratação está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) (art. 6º, inciso V, do Decreto nº 32.396/2024).

#### • Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### • Garantia da contratação



**4.4.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

• **Vistoria**

**4.5.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para este fim, de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

**4.6.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, podendo ser agendada pelo e-mail: [comprasfoztrans@gmail.com](mailto:comprasfoztrans@gmail.com) ou por mensagem eletrônica através do número (45) 99823-0274.

**4.7.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**4.8.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**4.9.** Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**4.10.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**5.1.1. Início da execução do objeto:** 40 (quarenta) dias da assinatura do Contrato.

**5.1.2. Local e horário da prestação de serviço:** Todos os itens de todos os lotes deverão ser instalados e executados no Município de Foz do Iguaçu/PR, conforme os locais descritos nas tabelas do item 1.1.



**5.1.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência, periodicidade de execução do trabalho e cronograma de realização dos serviços:**

**5.1.3.1.** Todos os custos com realização de canalização, entradas, tubulações etc., compreendendo todo o percurso de infraestrutura de cabeamento, desde os centros de roteamento da Contratada até o equipamento *modem* / roteador, deverão ser realizados pela Contratada, sem quaisquer ônus adicional para o Foztrans.

**5.1.3.2.** Tais instalações de cabeamentos se darão diretamente pela Contratada ou por meio de empresas autorizadas por essas, incluindo todos os cabos externos, cabos de entrada da rede externa até os pontos de conexão nos racks de distribuição nas unidades administrativas do Foztrans, sem quaisquer ônus adicional para o Foztrans.

**5.1.3.3.** Qualquer intervenção que implique inoperância dos serviços ou alteração de suas características, deverá ser agendada e acordada previamente com o Foztrans, exceto quando se tratar de emergência, caso fortuito ou força maior. Sempre que possível nestas ocasiões, a Contratada deverá informar o Foztrans da necessidade de intervenção emergencial.

**5.1.3.4.** No tempo de indisponibilidade dos serviços não serão incluídas as interrupções programadas pela Contratada, autorizadas pelo Foztrans e solicitadas com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, provenientes de alterações na composição de facilidades, substituição de equipamentos, ampliações e modificações em equipamentos e sistemas, manutenções preventivas ou corretivas não urgentes e realização de testes. Nestes casos não haverá geração de desconto na fatura.

**5.1.3.5.** O tempo de indisponibilidade dos serviços será computado desde o início do evento de indisponibilidade até a sua total recuperação, quando os serviços e circuitos forem considerados totalmente operacionais.

**5.1.3.6.** No tempo de indisponibilidade dos serviços também não serão incluídos os períodos de manutenção programados pelo Foztrans.

**5.1.3.7.** As inoperâncias ou indisponibilidades dos serviços, no todo ou em parte, que não sejam de responsabilidade do Foztrans, devem gerar descontos na fatura correspondente aos serviços não prestados, proporcionais ao tempo da sua não prestação.

**5.1.3.8.** O atendimento deve ser feito em até 2 (dois) dias úteis para solicitações que possam envolver alterações em configurações no *backbone* ou nos *modens* / roteadores da Contratada, relativas à mitigação de ataques de negação de serviço ou vulnerabilidades sofridas pela Contratada que possam vir a comprometer a segurança digital do Foztrans.

**5.1.4.9.** O tempo de indisponibilidade do serviço deve ser no máximo 44 (quarenta e quatro) horas por ano, nunca mais do que 6 (seis) horas seguidas, com prazo de reparo de 4 (quatro) horas. Deste prazo de 6 (seis) horas, são exceções: Fatos supervenientes fora do controle da Contratada, como, por exemplo: Rompimento de fibras por terceiros etc. Nestes casos, o prazo de





reparo será estendido para até 24 (vinte e quatro) horas e serão computadas 6 (seis) horas no somatório de indisponibilidade anual.

**5.1.3.10.** O não cumprimento deste prazo para o pleno restabelecimento dos serviços poderá acarretar, além dos descontos indicados acima, uma multa no valor correspondente a 10% (dez por cento) da mensalidade dos serviços em questão, cobrada uma única vez por mês em que esse prazo não for cumprido.

**5.1.3.11.** Deve haver garantia que a latência (*round trip*) média mensal em sua rede (do ponto de entrada na rede do cliente até o ONU (modem / roteador) de saída para a internet da Contratada) seja menor ou igual a 100 (cem) milissegundos, para pacotes de 64 bytes, incluindo o cabeçalho.

**5.1.3.12.** A perda média mensal de pacotes dentro da rede da Contratada deve ser igual ou inferior a 2% (dois por cento).

**5.1.3.13.** No caso de inoperâncias ou funcionamento fora dos níveis acordados, serão aplicados descontos conforme abaixo estipulado, sempre limitado ao valor mensal contratado do serviço:

**5.1.3.14.** Após os serviços serem prestados, a escolha da Contratante, a Contratada:

a) Preferencialmente, deverá cadastrar as Notas Fiscais e Boletos ou dados da conta bancária (chave PIX ou agência / conta), assim que emitidas, para a certificação dos responsáveis (via de regra, os fiscais do Contrato), juntamente com todas as certidões de regularidade fiscal com data de validade ativa (federal, estadual, municipal, trabalhista e FGTS), via Oxy, ora atual sistema de gestão do Foztrans, como requerimento de pagamento, procedimento a ser explicado em momento oportuno;

b) Opcionalmente, deverá enviar as Notas Fiscais e Boletos ou dados da conta bancária (chave PIX ou agência / conta), assim que emitidas, para a certificação dos responsáveis (via de regra, os fiscais do Contrato), juntamente com todas as certidões de regularidade fiscal com data de validade ativa (federal, estadual, municipal, trabalhista e FGTS), via e-mail, através de endereço eletrônico a ser informado pela Contratante em momento oportuno.

• **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta.** A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

• **Durante a execução contratual, as obrigações da Contratada são, dentre elas:**

**5.2.** O acesso à Internet fornecido pela Contratada deverá contemplar o ONU (*modem*), bem como, as suas configurações.

**5.3.** O referido aparelho deverá ser fornecido e disponibilizado durante toda a vigência do Contrato, sendo de responsabilidade da Contratada fornecer o suporte técnico e a substituição do aparelho, caso necessário.



**5.4.** A seu critério, a fim de melhorar a prestação dos serviços, a Contratada poderá instalar equipamentos diversos (roteadores, *hubs*, *switches* etc.), além do mínimo exigido, sem custos adicionais para a Contratante.

**5.5.** O(s) equipamento(s) fornecido(s) pela Contratada deve(m) ser instalado(s) com a última versão de *firmware* homologado pelo respectivo fabricante.

**5.6.** O limite de atuação da Contratada para fins de manutenção, configuração e gerenciamento será o ONU (*modem*), eventuais roteadores ou *switches* de sua propriedade, de forma a garantir os níveis de serviço contratados.

**5.7.** A infraestrutura do enlace deve estar preparada para atender solicitações de aumento de velocidade por parte do Foztrans, sem troca de cabos ou equipamentos, assegurando que a rede contratada acompanhe a expansão do efetivo de servidores, a ampliação de sistemas informatizados e a crescente demanda digital da Administração Pública.

**5.8.** Obedecer às recomendações elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para provimento de serviços de acesso à Internet.

**5.9.** Não possuir limites nem restrições às quantidades ou tipos de dados trafegados, tais como o *traffic shaping*, respeitando o princípio de neutralidade da rede.

**5.10.** Ser gerenciado por sistema proativo contra falhas da operadora, devendo ser monitorado em regime 24x7 por centro de monitoração da Contratada, sendo responsável pela administração e gerência de equipamentos e *links* de comunicação de dados, manutenção dos níveis mínimos de serviços exigidos, prevenção e recuperação de falhas dos serviços.

**5.11.** Em caso de falhas ou inoperâncias que impactem na prestação dos serviços, é obrigação da Contratada efetuar todas as correções necessárias para manter os prazos e níveis dos serviços acordados, independentemente de solicitação do Foztrans.

**5.12.** Atendimento de *help desk*, com canal exclusivo para atendimento de clientes corporativos de comunicação de dados e Internet, canal de aplicativo de mensagens eletrônicas e atendimento telefônico disponíveis durante todo o horário comercial.

**5.13.** A qualquer momento, havendo dúvidas quanto à qualidade de um determinado serviço ou circuito, o Foztrans poderá solicitar à Contratada a execução de uma medição de qualquer dos parâmetros, a qual deverá ser executada em até 7 (sete) dias após a solicitação.

**5.14.** Em eventual mudança dos locais / endereços de instalação durante a execução do Contrato, e manutenção das velocidades da rede, se a Contratada ainda atender o respectivo



local, deverá realizar sem custos adicionais para o Foztrans, mantendo as mensalidades normalmente.

• **Durante a execução contratual, as obrigações da Contratante são, dentre elas:**

**5.15.** Permitir o acesso da Contratada, devidamente identificada, nas dependências do Foztrans para a instalação dos itens nos horários estabelecidos.

**5.16.** Emitir as Notas de Empenhos contendo as especificações e as informações necessárias à correta execução dos serviços por parte da Contratada.

**5.17.** Efetuar o pagamento dos serviços solicitados e entregues nos prazos, condições e preços pactuados.

• **Especificação da garantia do serviço (art. 40, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)**

**5.18.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

• **Logística Reversa**

**5.19.** Não haverá obrigação da Contratada implementar o sistema de logística reversa.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o Foztrans e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O Foztrans poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



**6.5.** Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o Foztrans poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

• **Rotinas de fiscalização**

**6.6.** A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117, caput, da Lei nº 14.133/2021).

**6.7.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal, em especial o Decreto Municipal nº 32.398/2024.

• **Fiscalização técnica contratual**

**6.8.** O fiscal do Contrato acompanhará a execução do Contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública.

**6.8.1.** O fiscal do Contrato anotará no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 1º.

**6.8.2.** Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do Contrato emitirá notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para a correção.

**6.8.3.** O fiscal do Contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.8.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do Contrato nas datas aprazadas, o fiscal do Contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do Contrato.

**6.8.5.** O fiscal do Contrato comunicará ao gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**6.9.** A fiscalização do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133/2021 e conforme o art. 303, § 4º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024.



• **Fiscalização administrativa contratual**

**6.10.** O fiscal do Contrato comunicará ao gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**6.11.** O fiscal do Contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.11.1.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

• **Gestão contratual**

**6.12.** O gestor do Contrato é o gerente funcional, designado pela autoridade máxima, com função de administrar o Contrato, desde sua concepção até a finalização, conforme alíneas do art. 303 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, especialmente:

**6.13.** O gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração Pública

**6.13.1.** O gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do Contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.13.2.** O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.13.3.** O gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.13.4.** O gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido





pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.14.** O gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração Pública.

**6.15.** O gestor do Contrato deverá enviar a documentação pertinente à Divisão Financeira do Foztrans para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Contrato.

**6.16.** A gestão e fiscalização contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei nº 14.133/2021.

**6.17.** O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração Pública no local do serviço para representá-lo na execução do Contrato.

**6.17.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo Foztrans, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**6.18.** Os seguintes servidores são os indicados para gestão / fiscalização contratual: GESTOR: Jonathan Krefta; FISCAIS TÉCNICOS: Leandro Soares da Silva (Sede do Foztrans), Maria do Carmo Souza (Estarfi / Bilhetagem), Marcos Paulo Schologl Pimentel (DVOP) e Luciano Honório (TTU); GESTORA SUPLENTE: Larissa Natalia Chauvet Otremba.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

**7.1.** No caso de inoperâncias ou funcionamento fora dos níveis acordados dos serviços em questão, serão aplicados descontos conforme a fórmula matemática estipulada, sempre limitado ao valor mensal contratado. O não cumprimento dos níveis acordados de disponibilidade por 3 (três) meses seguidos ou habitualmente – mais de 4 (quatro) ocorrências dentro de um período corrido de 12 (doze) meses – será considerado como justa causa, a critério da Contratante para rescisão contratual, independentemente de outras sanções.

$$D = (T_i / T_o) * P$$



Onde:

D: Valor do desconto

Ti: Somatório dos tempos de interrupções, inoperâncias ou indisponibilidades dos serviços durante o período de operação (um mês) em minutos (somente para efeitos de desconto, sempre que o serviço de conectividade IP dedicada à internet estiver interrompido, inoperante ou indisponível o serviço de proteção contra-ataques de negação de serviço também será considerado indisponível).

To: Período de operação (um mês) em minutos.

P: Preço mensal do serviço, em R\$ (reais).

**7.1.1.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**7.1.1.1.** Não produzir os resultados acordados;

**7.1.1.2.** Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

**7.1.1.3.** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.2.** A utilização de um instrumento de medição de resultado não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**7.3.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará, em especial, o cumprimento da prestação dos serviços de acordo com os requisitos do Termo de Referência e do Edital.

• **Do recebimento**

**7.4.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais do Contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, inciso I, alínea a, da Lei nº 14.133/2021).

**7.4.1.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**7.4.2.** Os fiscais do Contrato realizarão o recebimento provisório do objeto do Contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.



**7.5.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do Contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

**7.5.1.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e / ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.5.2.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021)

**7.5.3.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**7.5.4.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.6.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do Contrato para recebimento definitivo.

**7.7.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.7.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**7.7.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

**7.7.3.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e



**7.7.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.7.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.8.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.9.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.10.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

• **Critério de reajuste**

**7.11.** O critério de reajuste e o índice estão devidamente previstos no Contrato, sendo que estas atendem ao objeto licitado por estarem de acordo com legislação vigente e ser o adotado como padrão por este órgão.

• **Liquidação da despesa**

**7.12.** A liquidação da despesa será efetuada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração Pública, conforme art. 323, inciso I, do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

**7.12.1.** O Gestor / Fiscal do Contrato fará a conferência, liquidação / certificação e encaminhamento ao setor de Contabilidade do Foztrans da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, que efetuará o lançamento da liquidação no sistema de gestão;

**7.12.2.** O prazo para a liquidação poderá ser prorrogado em situação excepcional devidamente justificada ou suspenso quando a Contratada não apresentar todos os documentos previstos no instrumento convocatório e / ou no Contrato, conforme art. 323, § 3º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

**7.13.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;



- c) Os dados do Contrato e do Foztrans;
- d) O período respectivo de execução do Contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.14.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal / Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Foztrans;

**7.15.** A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**7.16.** A Administração Pública deverá realizar consulta ao SICAF ou em sítios eletrônicos oficiais para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação no Foztrans, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.17.** Constatando-se, junto às consultas em sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

**7.18.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.19.** Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.





**7.20.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos responsáveis.

• **Prazo de pagamento**

**7.21.** O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da liquidação da despesa, conforme art. 323, II, do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

**7.21.1.** O prazo para o pagamento poderá ser prorrogado em situação excepcional devidamente justificada ou suspenso quando a Contratada não apresentar todos os documentos previstos no instrumento convocatório e / ou no Contrato, conforme art. 323, § 3º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

**7.22.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária: IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo ou outro índice que vier a substituí-lo.

**7.23.** O processo de pagamento obedecerá ao disposto no art. 325 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, sendo instruído, no mínimo, com os seguintes documentos:

- a) Relatório do fiscal da ata / Contrato que ateste a plena execução do objeto contratado;
- b) Nota fiscal da prestação de serviços;
- c) Certidão de regularidade de débitos relativos aos tributos federais e da dívida ativa da união;
- d) Certidão de regularidade da fazenda estadual da sede do fornecedor;
- e) Certidão de regularidade da fazenda municipal de Foz do Iguaçu/PR;
- f) Certidão de regularidade da fazenda municipal da sede da empresa;
- g) Certificado de regularidade do FGTS;
- h) Certidão de regularidade de débitos trabalhistas;
- i) Outros elementos relevantes ao pagamento, como informações sobre glosa, suspensão ou retenção de pagamentos, bem como notificações, multas e outros documentos a depender do objeto contratado.

**7.23.1.** As certidões arroladas nos incisos d) a h) do item anterior poderão ser substituídas por uma declaração do fiscal do Contrato de que conferiu a existência e veracidade das mesmas, bastando indicar o selo de autenticidade, o número se existente e a data da validade.

• **Forma de pagamento**



**7.24.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.25.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.26.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.26.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.27.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

• **Antecipação de pagamento**

**7.28.** Não será permitida a antecipação do pagamento, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas à prestação de serviços (art. 145, caput, da Lei nº 14.133/2021).

• **Cessão de crédito / factoring**

**7.29.** Não será permitida a cessão de crédito / *factoring* a terceiros sendo, portando, o pagamento efetivado exclusivamente à Contratada.

• **Das sanções**

**7.30.** As sanções devidamente justificadas, bem como os respectivos procedimentos para aplicação estão previstos no Edital e minutas, sendo que estas atendem ao objeto licitado.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

• **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE, e no modo de disputa ABERTO E FECHADO, observado o prazo



para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas.

• **Regime de execução**

8.2. O regime de execução do Contrato será por empreitada por preço global.

• **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá a Licitante comprovar os seguintes requisitos:

• **Habilitação jurídica**

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site: <https://mei.receita.economia.gov.br/certificado>.

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou Contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.



**8.11.** Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404/1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021).

**8.12.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

• **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.13.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CARTÃO DO CNPJ), com situação ativa.

**8.14.** Prova de regularidade fiscal perante a FAZENDA NACIONAL, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.15.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF FGTS).

**8.16.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

**8.17.** Prova de inscrição no CADASTRO de contribuintes ESTADUAL / DISTRITAL ou MUNICIPAL relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**8.18.** Prova de regularidade com a FAZENDA ESTADUAL / DISTRITAL do domicílio ou sede do fornecedor.

**8.19.** Prova de regularidade com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do fornecedor.

**8.20.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual / Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da estipulada em Lei.



**8.21.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

• **Qualificação econômico-financeira**

**8.22.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede da Licitante, caso se trate de sociedade simples.

**8.23.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, caput, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

• **Qualificação técnica**

**8.24.** Comprovação de que possui licença SCM (Serviços de Comunicação Multimídia) da Anatel.

**8.25.** Comprovação de que é A.S. (Sistema Autônomo) Internet com faixa de endereços IP válidos próprios.

• **Cooperativas**

**8.26.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**8.26.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o Contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764/1971;

**8.26.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**8.26.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**8.26.4.** O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

**8.26.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o Contrato;

**8.26.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) Ata de fundação;

b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;





- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o Contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

**8.27.7.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

• **Justificativa da qualificação econômico-financeira e da qualificação técnica**

**8.28.** Para a verificação da qualidade econômico-financeira da Licitante, deverão ser solicitadas a certidão negativa de insolvência civil, somente no caso de sociedade simples, e a certidão negativa de falência, de modo a verificar sua capacidade em relação ao cumprimento da obrigação contratual assumida. São documentos que visam demonstrar a solidez financeira da Licitante, verificando a existência de processos judiciais relacionados à insolvência e / ou falência. Vale dizer, se a empresa terá condição de “ficar de pé” durante o período de execução do Contrato.

**8.29.** Para a verificação da qualificação técnica da Licitante, deverão ser solicitados os comprovantes de que possui licença SCM (Serviços de Comunicação Multimídia) da Anatel e de que é A.S. (Sistema Autônomo) Internet com faixa de endereços IP válidos próprios. São documentos que visam demonstrar a capacidade e a condição de que a Licitante está apta a prestar tais serviços.

**9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** O custo máximo estimado anual / global da contratação é de **R\$ 3.901,80** (três mil e novecentos e um reais e oitenta centavos) para o LOTE 1: Internet (Sede do Foztrans); de **R\$ 2.400,00** (dois mil e quatrocentos reais) para o LOTE 2: Internet (Estarfi / Bilhetagem); de **R\$ 1.679,40** (mil e seiscentos e setenta e nove reais e quarenta centavos) para o LOTE 3: Internet (Divisão Operacional (DVOP)) e de **R\$ 1.560,00** (mil e quinhentos e sessenta reais) para o LOTE 4: Internet (Terminal de Transporte Urbano (TTU)). Totalizando o custo máximo estimado anual / global da contratação referente a todos os lotes em **R\$ 9.541,20** (nove mil e quinhentos e quarenta e um reais e vinte centavos).



## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu/PR – FOZTRANS deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTES DE RECURSOS
32.001.15.122.0230.2123.3.3.90.39.00.00	1.002, 1.097 e 1.510

\* Conforme o DFD 40/2025, não deve ser utilizada a fonte 1.509.

**10.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

**11.1.** A Contratada deverá colaborar na obtenção de dados e informações que a Contratante deve disponibilizar à sociedade, seja de interesse particular, coletivo ou geral (Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011).

**11.2.** Considerando as peculiaridades e especificações do objeto licitado, não há informações aptas a serem classificadas (art. 23 e art. 24 da Lei nº 12.527/2011).



## Anexo I do TR – MEMORIAL DESCRITIVO

### • LOTE 1: Internet (Sede do Foztrans)

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL DE INSTALAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES
1	Serviço de conectividade IP – <i>Internet Protocol</i>  Banda larga empresarial  Link comum, não dedicado  Fibra óptica  Sem franquia de dados  Com assinatura básica mensal  Incluso: Instalação, suporte técnico, manutenção dos níveis de qualidade e equipamentos necessários	<u>SEDE DO FOZTRANS</u> : Rua Edgard Schimmelpfeng, nº 43, Bairro Centro Cívico, CEP nº 85863-900, na cidade de Foz do Iguaçu/PR  Plus code: FCJR+VW Centro Cívico, Foz do Iguaçu - PR	• Velocidade mínima: <b>900 MBPS</b> (download / upload assimétrico)  • Suporte mínimo: 72 (setenta e dois) dispositivos  • Disponibilidade mínima: 99% (noventa e nove por cento)

### JUSTIFICATIVAS

**a.1)** A velocidade mínima de 900MBPS assimétrico é necessária porque a Sede do Foztrans concentra o maior volume de acessos simultâneos, com ao menos 72 (setenta e dois) dispositivos. Essa capacidade assegura o funcionamento adequado de sistemas pesados como por exemplo: e-Social, ComprasNet, processos eletrônicos, plataformas de gestão de transporte, videoconferências sem queda de desempenho etc.

**a.2)** A exigência de disponibilidade mínima de 99% (noventa e nove por cento) justifica-se porque a internet é um serviço crítico e deve estar sempre ativa para não comprometer atividades administrativas e operacionais.

**a.3)** A contratação contempla a perspectiva de ampliação do efetivo de servidores e da estrutura administrativa, considerando a expansão futura dos serviços e das demandas digitais. Assim, a configuração proposta visa garantir suporte ao crescimento da sede, evitando a necessidade de novas contratações ou adequações de curto prazo e assegurando que a infraestrutura tecnológica permaneça adequada ao longo do tempo.



• **LOTE 2: Internet (Estarfi / Bilhetagem)**

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL DE INSTALAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES
1	Serviço de conectividade IP – <i>Internet Protocol</i>  Banda larga empresarial  Link comum, não dedicado  Fibra óptica  Sem franquia de dados  Com assinatura básica mensal  Incluso: Instalação, suporte técnico, manutenção dos níveis de qualidade e equipamentos necessários	<b>ESTARFI / BILHETAGEM:</b> Avenida Juscelino Kubitschek, nº 337, Bairro Centro, CEP nº 85851-130, na cidade de Foz do Iguaçu/PR  <i>Plus code:</i> FC66+3W Centro, Foz do Iguaçu - PR	• Velocidade mínima: <b>500 MBPS</b> (download / upload simétrico)  • Suporte mínimo: 30 (trinta) dispositivos  • Disponibilidade mínima: 99% (noventa e nove por cento)

**JUSTIFICATIVAS**

**b.1)** Os setores Estarfi e Bilhetagem são responsáveis pela operação do estacionamento rotativo e bilhetagem eletrônica, sistemas que dependem de conectividade em tempo real.

**b.2)** A velocidade mínima de 500 MBPS simétrico é necessária para garantir o processamento simultâneo das transações financeiras e bilhetagem, sem riscos de lentidão ou falhas de comunicação.

**b.3)** O suporte para no mínimo 30 (trinta) dispositivos se justifica pelo número de equipamentos e servidores necessários para o gerenciamento do sistema, além do atendimento ao público.

**b.4)** A exigência de disponibilidade mínima de 99% (noventa e nove por cento) decorre do caráter contínuo da arrecadação e fiscalização e qualquer indisponibilidade gera prejuízos financeiros e transtornos diretos à população.



• **LOTE 3: Internet (Divisão Operacional (DVOP))**

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL DE INSTALAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES
1	Serviço de conectividade IP – <i>Internet Protocol</i>  Banda larga empresarial  Link comum, não dedicado  Fibra óptica  Sem franquia de dados  Com assinatura básica mensal  Incluso: Instalação, suporte técnico, manutenção dos níveis de qualidade e equipamentos necessários	<u>DIVISÃO OPERACIONAL (DVOP)</u> ; Rua Assis Brasil, nº 385, Bairro Vila Portes, CEP nº 85854-140, na cidade de Foz do Iguaçu/PR  <i>Plus code:</i> FCQ5+67 Vila Portes, Foz do Iguaçu - PR	• Velocidade mínima: <b>300 MBPS</b> (download / upload simétrico)  • Suporte mínimo: 20 (vinte) dispositivos  • Disponibilidade mínima: 99% (noventa e nove por cento)

**JUSTIFICATIVAS**

**c.1)** A Divisão Operacional (DVOP) atua diretamente nas operações de fiscalização de trânsito e no gerenciamento das equipes em campo, exigindo conectividade para troca de informações em tempo real.

**c.2)** A velocidade de 300 MBPS simétrico garante acesso eficiente aos sistemas de controle e emissão de relatórios, sem gargalos, atendendo à necessidade de ao menos 20 (vinte) dispositivos.

**c.3)** A disponibilidade mínima de 99% (noventa e nove por cento) é indispensável para não comprometer as operações de fiscalização e monitoramento do trânsito.





• **LOTE 4: Internet (Terminal de Transporte Urbano (TTU))**

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL DE INSTALAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES
1	Serviço de conectividade IP – <i>Internet Protocol</i>  Banda larga empresarial  Link comum, não dedicado  Fibra óptica  Sem franquia de dados  Com assinatura básica mensal  Incluso: Instalação, suporte técnico, manutenção dos níveis de qualidade e equipamentos necessários	<u>TERMINAL DE TRANSPORTE URBANO (TTU):</u>  Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1385, Bairro Jardim Festugato, CEP nº 85864-000, na cidade de Foz do Iguaçu/PR  <i>Plus code:</i> FC87+X4 Foz do Iguaçu, PR	• Velocidade mínima: <b>200 MBPS</b> (download / upload simétrico)  • Suporte mínimo: 10 (dez) dispositivos  • Disponibilidade mínima: 99% (noventa e nove por cento)

**JUSTIFICATIVAS**

**d.1)** O Terminal de Transporte Urbano (TTU) é um ponto central de atendimento e integração do transporte coletivo, onde a internet é necessária para bilhetagem eletrônica, comunicação administrativa e suporte aos usuários.

**d.2)** A velocidade mínima de 200 MBPS simétrico é suficiente para atender às necessidades locais, já que o terminal demanda conectividade de ao menos 10 (dez) dispositivos simultâneos, garantindo estabilidade nas operações.

**d.3)** A disponibilidade mínima de 99% (noventa e nove por cento) justifica-se porque falhas no terminal impactam diretamente a população que utiliza diariamente o transporte público.



# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**

Número: **50/2025**

Assunto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INTERNET**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=8a2c5986-3490-4a13-b5a0-1fb2148a9a76>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação:**

**8a2c5986-3490-4a13-b5a0-1fb2148a9a76**

**Hash do Documento**

**D0A09235D6F288955940532AE07B87DB5E00769EC270AFC084A1632845E0780B**

## Anexos

TERMO DE REFERÊNCIA - TR - CONTRATAÇÃO 2026 - INTERNET.pdf - **fd18b281-c7fe-4fd6-8097-c5b15b480598**

ANEXO I DO TR - MEMORIAL DESCRITIVO - CONTRATAÇÃO 2026 - INTERNET.pdf -

**a8705b3e-e5d6-4b86-abc3-6219ede53dad**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/01/2026 é(são) :

LARISSA NATALIA CHAUVET OTREMBIA (Signatário) - CPF: \*\*\*26418905\*\* em 27/01/2026 11:44:06

- **OK**

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

LEANDRO SOARES DA SILVA (Signatário) - CPF: \*\*\*22103729\*\* em 28/01/2026 11:17:49 - **OK**

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

Jonathan Krefta (Signatário) - CPF: \*\*\*85788944\*\* em 27/01/2026 14:16:08 - **OK**

**Tipo:** Assinatura Eletrônica



## A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTES DOCUMENTOS ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

